

## **A REALIDADE INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL: O CASO DOS OFAIÉ EM BRASILÂNDIA/MS**

**Franciele Gonçalves – UFMS**  
[franciele\\_ufms@yahoo.com.br](mailto:franciele_ufms@yahoo.com.br)

**Ana Gabriela Bueno Melo de Carvalho – UFMS**  
[anagabriela\\_ufms@yahoo.com.br](mailto:anagabriela_ufms@yahoo.com.br)

O presente trabalho consiste em um estudo sobre a realidade indígena do estado de Mato Grosso do Sul, com enfoque dos índios Ofaié, os quais vivem no município de Brasilândia/MS (figura 1).

Segundo dados apontados por Avelino Junior (2004), a área do estado do Mato Grosso do Sul é de 35.815.870 ha, sendo que 616.812 ha dessas são terras indígenas, ou seja, 1,75% das terras totais.

A população indígena do estado é de aproximadamente 45.000 índios, o que faz de MS o segundo estado brasileiro com maior número populacional indígena, sendo o Amazonas, o estado com maior contingente de índios.

O objetivo principal do trabalho consiste em analisar a história da luta indígena e constatar a atual realidade vivenciada pelos Ofaié, no que tange a sua cultura, e forma de sobrevivência no município de Brasilândia/MS.

A metodologia utilizada, além do levantamento bibliográfico, também realizaram visitas in loco e entrevistas com a autoridade indígena e o órgão responsável pela aldeia no município (IDATERRA).

No que tange ao processo de expansão da fronteira econômica e ocupação das terras em Mato Grosso do Sul, vale salientar que Ribeiro (1982), enfatiza que o espaço onde viviam os Ofaié no século XIX, foi sendo ocupado pelos criadores de gado oriundos de São Paulo e Minas Gerais. O espaço que compreendia a partir da margem direita do rio Paraná, entre o rio Sucuriú e o Ivinhema, era o território Ofaié, que:

*Em sua fuga, os Ofaié se deslocaram para o sul, onde foram encontrar outra fronteira de expansão pastoril que penetrava a região, vinda dos campos do Rio Grande do Sul. Assim cercados*

*esse índios foram dizimados sobre as mesmas alegações que vimos levantarem-se desde o nordeste: Seriam ladrões de gado que abatiam esses como se fossem veados ou porcos selvagens. [...] Os criadores simplesmente faziam chacinhas de cada grupo descoberto, quando um novo retiro de criação era fundado. (RIBEIRO, 1982, p. 80)*

Dutra (1996) revelou que OPAIÉ ou OFAIÉ é o nome que eles dão a si mesmos, e XAVANTES, é o nome que receberam dos neo-brasileiros e sertanejos durante os primeiros anos de descobrimentos. Classificados como sem famílias, pertencem ao tronco Macro-Jê.

O mesmo autor ainda relata que estes tinham estatura pequena, eram tímidos e pacíficos, viveram sempre em pequenos grupos pelos campos e em constantes migrações. Fabricavam canoas e tinham o costume de perfurar o lábio inferior e o lóbulo da orelha. Costumavam dormir no chão e suas casas não tinham paredes.

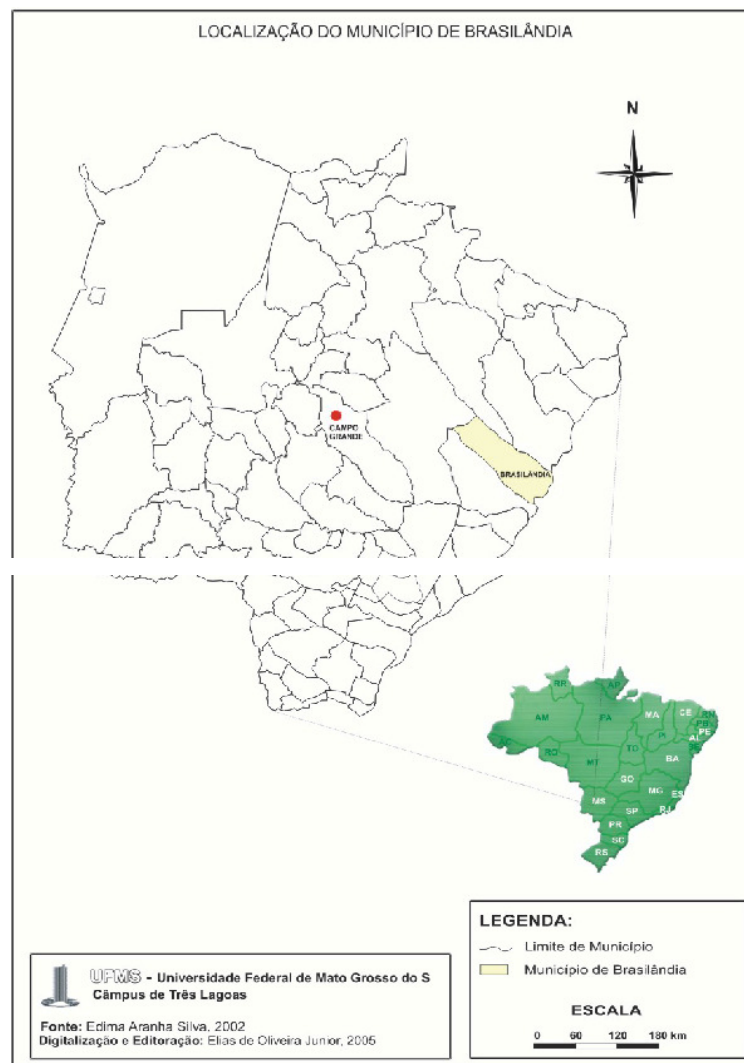


Figura 1: Localização do município de Brasilândia/MS



Figura 2: Comparação das casas indígenas Ofaié.

1ª reserva: casas de madeira e palha (1995)

2ª reserva: casas de alvenaria e madeira tratada (1998)

Fotos: Edima Aranha Silva, 1995-1998.

A opção latifundiária dos campos sul-mato-grossenses com sua posterior modernização fez com que os Ofaié fossem oprimidos e conseqüentemente, sofressem uma diminuição drástica. Além dos inimigos clássicos como os latifundiários, os Ofaié enfrentaram também conflitos étnicos como esclarece Martins: “Sua história (a dos Ofaié) a séculos convive com a violência, a perseguição e o extermínio. Assaltados pelos vizinhos Kaiapó e Guarani refugiavam-se nas matas em permanente nomadismo [...]” (MARTINS, 1992, p. 63).

Na década de 50 os Ofaié foram dados por extintos, e foram redescobertos duas décadas (1978) mais tarde, reduzidos a um grupo de 24 pessoas. Foram transferidos nessa época para as terras da reserva Kadiwéu, no município de Porto Murtinho, com o objetivo de criar uma única comunidade indígena no MS. No entanto, a saudade de suas terras, as diferenças étnicas e a humilhação de viverem em terras não pertencentes a eles, fizeram com que retornassem a pé, passando necessidades, uma distância de 600 quilômetros, voltando então após 8 anos às suas terras originais.

Acamparam assim, na margem direita do Rio Paraná, no município de Brasilândia (MS). Neste período (1995) a aldeia era composta de um total de 61 indivíduos, dos quais 46 eram Ofaié, sendo 13 pessoas do sexo feminino, 17 do

sexo masculino e 16 deles eram crianças. Convivendo com os Ofaié encontravam-se também 5 guaranis, 6 Kaiowás e 4 não índios, casados com Ofaié.

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, os índios Ofaié se viram novamente obrigados a abandonar suas terras devido à inundação da área. A situação de conflito foi confortada quando a Companhia Energética de São Paulo (CESP) comprou uma área destinada à criação da reserva indígena Ofaié de 484 ha (1997). Foram construídos: um centro comunitário, uma escola, um posto de saúde, um poço artesiano, rede de luz elétrica e quinze casas mistas de alvenaria e madeira tratada. (figura 2).

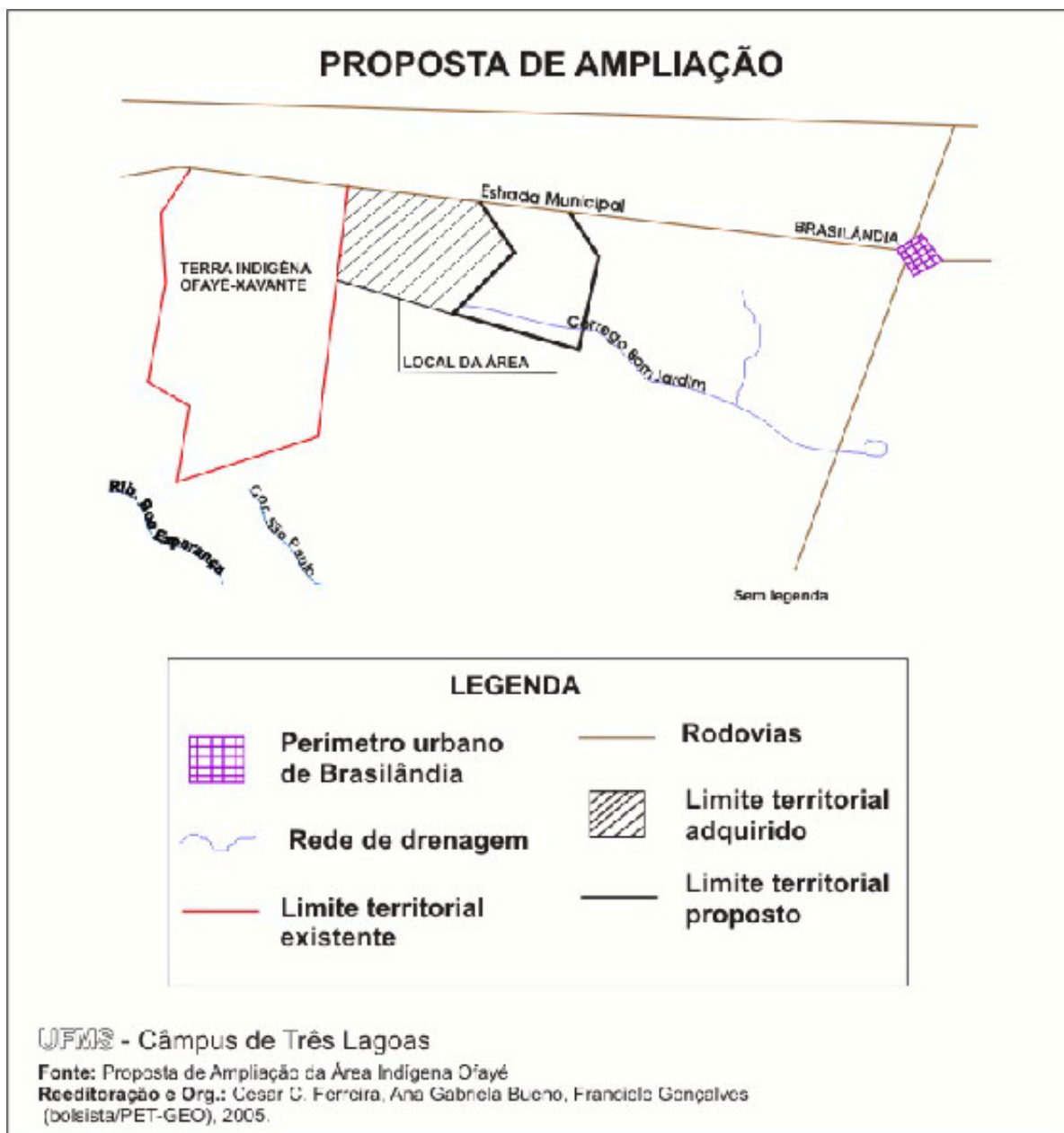


Figura 3: Proposta de Ampliação da Área

Devido ao tamanho insuficiente da área adquirida, a falta de curso natural de água e a necessidade de desmatamento e correção do solo para tornar-se agricultável houve uma segunda negociação, onde os índios propuseram a ampliação da reserva (figura 3), justificando que:

- A área proposta para compra é contígua à área atual e pertence ao mesmo proprietário que a vendeu à CESP;
- Possui a nascente e o leito do córrego Bom Jardim, o que permite aos índios intensificar a criação de peixes;
- Possui área de várzea, o que permite desenvolver a agricultura, em especial o cultivo do kotιά (arroz);
- Possui área de pastagem, o que permite aos Ofaié desenvolver projetos de criação de animais (pecuária) de médio e grande porte;
- Evita o desmatamento da área complementar de área nativa, garantindo igualmente abrigo para fauna numa região completamente devastada.

A presente “Proposta de ampliação da área indígena Ofaié” (figura 3) fora discutida por toda a comunidade indígena (1999) e entregue ao SEMA, FUNAI e à CESP. Após um longo debate entre os índios e a CESP, o direito indígena fora conquistado, pois, segundo o artigo 82 do capítulo II (dos recursos hídricos e empreendimentos em energia elétrica) do Projeto de Lei nº 2.057/91, referente ao “Estatuto do Índio”:

*Em caso de deslocamento permanente ou temporário de populações indígenas, a escolha da área deverá recair prioritariamente sobre uma que faça parte da cultura das populações afetadas, conforme ficar estabelecido nos estatutos de avaliação de impactos ambientais e antropológicos. (ESTATUTO DO ÍNDIO, art. 82).*

De acordo com Mangolim (1993), os Ofaié viviam da caça, da pesca e coletas de fruta e mel. Em comparação com os dados obtidos com o IDATERRA (2005), atualmente, após a aquisição da nova área pela CESP, os Ofaié vivem do plantio de pequenas lavouras (milho, mandioca, feijão, arroz), da fruticultura e do pomar caseiro, da piscicultura e criação de animais de pequeno (galinha, porco, carneiro) e grande porte (bovino de leite e corte).

Estes dados evidenciam a perda parcial da cultura Ofaié. Atualmente, são obrigados a viverem de acordo com o sistema econômico vigente, apesar de não verem a terra como mercadoria e sim como morada da vida, são sujeitos a se portar como dependentes dos não-índios, como podemos observar em Dutra (1998):

*“[...] Não obstante e dolorosamente temos de reconhecer que a salvação do índio, ele teve de encontrá-la no próprio branco [...]. [...]*

*O índio acaba plantando do jeito branco, adubando do jeito branco, etc, pois quem domina a política agrícola é o branco. [...] (O índio) aprende a ser capitalista. (DUTRA, 1998, p. 75)*

Destacam-se ainda, os relatos dos índios em relação ao preconceito dos não-índios e a omissão do poder público quanto as suas demandas. Dutra (1998) relata o preconceito e o descaso vivido pelos Ofaié em Brasilândia:

*"[...] Os ônibus não gostam de levá-los. --dizem que fedem. Uns, são atropelados pelos carros, vivem atônitos. Outros, quando kuñataí-porã (menina-moça bonita em guarani), são violentadas ou levadas para os prostíbulos das cidades ou então, quando homens, para trabalhar como bóia-fria nas fazendas da região. [...] São objetos de desprezo e, é como se não existissem. [...] têm que implorar para serem ouvidos, têm que implorar para serem explorados [...]. (DUTRA, 1998, p. 74)*

Por outro lado, a luta Ofaié continua viva como fazem questão de afirmar. Lutam por mais terras, pela escola indígena, pelo posto da FUNAI na reserva, enfim, pela dignidade. Gradativamente os Ofaié foram perdendo o seu espaço de circulação e de coleta de alimentos, além da drástica redução de indivíduos.

Estima-se que em 1903 eram 2000 índios, em 1910 cerca de 900 e em 1982 viviam em torno de 43 índios (RIBEIRO, 1982). Atualmente (2005), segundo dados do IDATERRA, vivem na aldeia 19 famílias com aproximadamente 70 pessoas, dentre estas, índios e não-índios.

Atualmente, segundo o IDATERRA de Brasilândia/MS, a sede da reserva se encontra estabelecida na rodovia MS 40, no Km 10, à direita. A reserva tem uma área de 970 ha, sendo que 486 ha fazem parte da área adquirida pelos índios com a indenização fruto da segunda negociação com a CESP.

### **Referências Bibliográficas**

AVELINO JUNIOR, Francisco José. A violência e a resistência na luta pela terra dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul. In: \_\_\_\_\_. A questão da terra em Mato Grosso do Sul: uso/posse e conflitos. São Paulo: tese de Doutorado em Geografia. FFLCH/ USP, 2004. Cap. V, p. 81-103.

BRASIL. Estatuto do Índio. Projeto de Lei nº 2.057/91. Disponível em: [www.Institutowara.org.br/estatuto\\_indio.asp](http://www.Institutowara.org.br/estatuto_indio.asp). Acesso em: 10 mar. 2005.

CIMI. Proposta de Ampliação da Área Indígena Ofaié direcionada ao SEMA e a CESP. Brasilândia, 1999. Mimeo.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. Ofaié – morte e vida de um povo. Campo

Grande: Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Esperança e desesperança de um povo. In: \_\_\_\_\_, Razão e Utopia – textos rebeldes. Andradina: Artes Gráficas LC, 1998. Cap. III, p. 74-75.

MANGOLIM, Olívio. Ofaié Xavante. In: \_\_\_\_\_, Povos indígenas no Mato Grosso do Sul – viveremos por mais 500 anos. Campo Grande, MS: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993, p. 38-42.

MARTINS, Gilson Rodolfo. Breve painel étno-histórico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS/FMDE, 1992.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. São Paulo: Círculo de Livro, 1982.